



Handwritten signature and initials.

**PROTOCOLO RELATIVO AO EXERCÍCIO DE NOVAS COMPETÊNCIAS
PELOS MUNICÍPIOS NO ÂMBITO DA PROTECÇÃO DA FLORESTA**

O Sector florestal constitui uma riqueza estratégica cuja necessidade de preservação e de desenvolvimento recolhe a unanimidade nacional.

Assim, considerando a recente reformulação legislativa do sector florestal;

Tendo em conta que são atribuídas novas responsabilidades aos Municípios;

Face à urgência na implementação de acções de protecção da floresta, o que inviabiliza uma medida legislativa que, no quadro da Lei 159/99, de 14 de Setembro, proceda à regulamentação das novas competências;

O Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas (MADRP) e a Associação Nacional de Municípios Portugueses acordam que, até que seja publicado o quadro legislativo de assumpção das novas competências para os Municípios, a transferência dos correspondentes meios financeiros seja processada de acordo com as seguintes regras:

Cláusula 1ª

Objecto

Constitui objecto do presente Protocolo a operacionalização imediata do Sistema Nacional de Prevenção e Protecção da Floresta contra Incêndios (constante do Decreto-Lei nº 156/2004 de 30 de Junho), e, bem assim, a implementação e financiamento das Comissões Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios previstas na Lei 14/2004 de 8 de Maio.

Cláusula 2ª

Compromissos do MADRP

- 1. No âmbito dos diplomas referidos na Cláusula anterior o MADRP assume que está a ser solicitado aos Municípios o exercício efectivo de competências apenas previstas na Lei 159/99 de 14 de Setembro*



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E PISCAS
SECRETÁRIO DE ESTADO DAS FLORESTAS
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO

ass
T.A.

2. Para permitir a concretização e implementação das novas competências e até à publicação do diploma que, nos termos da Lei 159/99, de 14 de Setembro efective a assumpção, por parte dos Municípios, das novas responsabilidades, o MADRP, compromete-se a disponibilizar aos Municípios meios financeiros, destinados a viabilizar o exercício das competências previstas nos diplomas referidos na Cláusula 1ª, designadamente:
- a) A co-elaboração dos Planos de Defesa da Floresta;
 - b) A co-execução dos projectos de investimento de prevenção e protecção da floresta contra incêndios, propostos à Agência para a Prevenção de Incêndios Florestais, de acordo com o estabelecido nos Planos;
 - c) A dotação dos grupos de autodefesa dos aglomerados populacionais integrados ou adjacentes a áreas florestais de meios de intervenção;
 - d) Executar, com o apoio do Gabinete do apoio técnico da Agência, a elaboração de cartografia de infra-estruturas florestais, delimitação de zonas de risco de incêndio e de áreas de abandono;
 - e) Garantir a sinalização das infra-estruturas florestais de prevenção e protecção da floresta contra incêndios;
 - f) Colaborar na divulgação de avisos às populações, no âmbito do sistema nacional de divulgação pública do índice de risco de incêndio;
 - g) Proceder aos trabalhos de limpeza e conservação da rede viária, constituída por caminhos e estradas florestais e a rede divisional – aceiros e arrifes – sob sua administração;
 - h) Manter operacionais e em bom estado de conservação os pontos de água situados em áreas sob sua administração;
 - i) Manter com baixa carga combustível a faixa lateral de terreno confinante com a rede viária, sob sua jurisdição, numa largura não inferior a 15 metros;
 - j) Limpeza nos espaços rurais, em terrenos sob a sua administração, de uma faixa de largura mínima de 50 metros à volta das habitações, estaleiros, armazéns, oficinas ou outras edificações.
 - l) Limpeza de uma faixa envolvente não inferior a 100 metros, nos casos de ausência da entidade gestora de parques e polígonos industriais e nos aterros sanitários inseridos ou confinantes com áreas florestais;



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E PISCAS
SECRETÁRIO DE ESTADO DAS FLORESTAS
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO

ASF
10/

- m) *Proceder aos trabalhos de limpeza de uma faixa exterior de protecção de largura mínima não inferior a 100 metros nos aglomerados populacionais inseridos ou confinantes com áreas florestais.*
3. *Os meios financeiros a disponibilizar para o exercício das competências previstas no número anterior provêm do Programa AGRIS, Medida 3.4, comprometendo-se o MADRP a providenciar outro Programa específico, caso este se venha a mostrar insuficiente.*
4. *Podem ainda os Municípios candidatar-se ao Programa de Apoio à Vigilância Móvel nas Florestas.*

Cláusula 3ª
Candidaturas

1. *As candidaturas aos apoios referidos na Cláusula anterior são apresentadas à Agência para a Prevenção de Incêndios Florestais e têm por referência a situação geográfica do Município e a sua inserção nas classes de muito alto, alto e médio risco, conforme listagem anexa*
2. *Depois de aprovadas as candidaturas, as despesas são pagas no prazo previsto nos regulamentos respectivos.*
3. *A listagem a que se faz referência no número anterior tem um carácter indicativo, podendo ser alterado pela Agência, por motivos técnicos, por sua iniciativa ou por solicitação do Município.*

Cláusula 4ª
Gabinetes Técnicos Florestais

1. *Para a dotação de Gabinetes Técnicos Florestais, o MADRP, através da Agência para a Prevenção de Incêndios Florestais, atribui a cada Município o montante de € 2 000 (dois mil euros), por mês, para comparticipação do pagamento de pessoal técnico habilitado e para despesas de funcionamento.*
2. *Nas situações em que tecnicamente se mostre mais aconselhável, poderão ser constituídas comissões de defesa da floresta com carácter intermunicipal, caso em que os apoios concedidos nos números anteriores serão reequacionados.*



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E PESCAS
SECRETÁRIO DE ESTADO DAS FLORESTAS
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO

3. A transferência dos apoios referidos no número 1 da presente Cláusula concretiza-se através da celebração de acordos de colaboração entre as Câmaras Municipais interessadas que tenham constituído a sua Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios e a Agência para a Prevenção de Incêndios Florestais ou quem ela indicar.

Cláusula 5ª

Compromissos da Associação Nacional dos Municípios Portugueses

A Associação Nacional dos Municípios Portugueses, compromete-se a:

- a) Divulgar o conteúdo do presente Protocolo pelos seus Associados;
- b) Sensibilizar os seus Associados para a constituição urgente das Comissões Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- c) Promover, com a Agência para a Prevenção de Incêndios Florestais, a realização de Encontros com Municípios, para o esclarecimento de questões relacionadas com a implementação do presente Protocolo.

Cláusula 6ª

Validade

O presente Protocolo é válido até ao final de 2005, renovando-se a partir dessa data, ou até ao momento em que as novas competências atribuídas aos Municípios forem regulamentadas nos termos da Lei 159/99, de 14 de Setembro, se tal ocorrer antes de 31 de Dezembro de 2005.

Ministério da Agricultura, Desenvolvimento
Rural e Pescas

Associação Nacional dos Municípios
Portugueses

Lisboa, 3 de Julho de 2004



Lista a que se refere o ponto 1. da clausula 3ª do Protocolo relativo ao exercício de
novas competências pelos Municípios no âmbito da Protecção da Floresta

CODIGO	CONCELHO
1401	ABRANTES
101	AGUEDA
901	AGUIAR DA BEIRA
102	ALBERGARIA-A-VELHA
1402	ALCANENA
1001	ALCOBAÇA
1101	ALENQUER
401	ALFANDEGA DA FÉ
1701	ALIJO
902	ALMEIDA
202	ALMODOVAR
1201	ALTER DO CHÃO
1002	ALVAIAZERE
1115	AMADORA
1301	AMARANTE
301	AMARES
103	ANADIA
1003	ANSIÃO
1601	ARCOS DE VALDEVEZ
601	ARGANIL
1801	ARMAMAR
104	AROUCA
1202	ARRONCHES
1102	ARRUDA DOS VINHOS
105	AVEIRO
1103	AZAMBUJA
1302	BAIÃO
302	BARCELOS
1004	BATALHA
501	BELMONTE
1005	BOMBARRAL
703	BORBA
1702	BOTICAS
303	BRAGA
402	BRAGANÇA
304	CABECEIRAS DE BASTO
1104	CADAVAL
1006	CALDAS DA RAINHA
1602	CAMINHA
602	CANTANHEDE
403	CARRAZEDA DE ANSIÃES
1802	CARREGAL DO SAL
1105	CASCAIS
1007	CASTANHEIRA DE PÊRA
502	CASTELO BRANCO
106	CASTELO DE PAIVA
1205	CASTELO DE VIDE



Lista a que se refere o ponto 1. da cláusula 3ª do Protocolo relativo ao exercício de
novas competências pelos Municípios no âmbito da Protecção da Floresta

CODIGO	CONCELHO
1803	CASTRO DAIRE
903	CELORICO DA BEIRA
305	CELORICO DE BASTO
1407	CHAMUSCA
1703	CHAVES
1804	CINFÃES
603	COIMBRA
604	CONDEIXA-A-NOVA
1408	CONSTÂNCIA
503	COVILHÃ
1206	CRATO
1012	ÓBIDOS
1207	ELVAS
107	ESPINHO
306	ESPOSENDE
108	ESTARREJA
704	ESTREMOZ
307	FAFE
1303	FELGUEIRAS
1411	FERREIRA DO ZÊZERE
605	FIGUEIRA DA FOZ
904	FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO
1008	FIGUEIRÓ DOS VINHOS
905	FORNOS DE ALGODRES
404	FREIXO DE ESPADA À CINTA
504	FUNDÃO
1209	GAVIÃO
606	GÓIS
1304	GONDOMAR
906	GOUVEIA
907	GUARDA
308	GUIMARÃES
505	IDANHA-A-NOVA
1805	LAMEGO
1009	LEIRIA
1107	LOURES
1108	LOURINHÃ
607	LOUSÃ
1305	LOUSADA
1413	MAÇÃO
405	MACEDO DE CAVALEIROS
1109	MAFRA
1306	MAIA
1806	MANGUALDE
908	MANTEIGAS
1307	MARCO DE CANAVESES
1010	MARINHA GRANDE



Lista a que se refere o ponto 1. da cláusula 3ª do Protocolo relativo ao exercício de novas competências pelos Municípios no âmbito da Protecção da Floresta

CODIGO	CONCELHO
1210	MARVÃO
1308	MATOSINHOS
111	MEALHADA
909	MEDA
1603	MELGAÇO
1704	MESÃO FRIO
609	MIRANDA DO CORVO
406	MIRANDA DO DOURO
407	MIRANDELA
408	MOGADOURO
1807	MOIMENTA DA BEIRA
1604	MONÇÃO
809	MONCHIQUE
1705	MONDIM DE BASTO
1706	MONTALEGRE
610	MONTEMOR-O-VELHO
1808	MORTÁGUA
1809	NELAS
1212	NISA
211	ODEMIRA
1116	ODIVELAS
506	OLEIROS
113	OLIVEIRA DE AZEMEIS
1810	OLIVEIRA DE FRADES
611	OLIVEIRA DO HOSPITAL
1421	OURÉM
115	OVAR
1309	PAÇOS DE FERREIRA
612	PAMPILHOSA DA SERRA
1310	PAREDES
1605	PAREDES DE COURA
1013	PEDROGÃO GRANDE
613	PENACOVA
1311	PENAFIEL
1811	PENALVA DO CASTELO
507	PENAMACOR
1812	PENEDONO
614	PENELA
1708	PESO DA RÉGUA
309	PÓVOA DE LANHOSO
1313	PÓVOA DE VARZIM
910	PINHEL
1015	POMBAL
1606	PONTE DA BARCA
1607	PONTE DE LIMA
1213	PONTE DE SÓR
1214	PORTALEGRE



Lista a que se refere o ponto 1. da clausula 3ª do Protocolo relativo ao exercício de
novas competências pelos Municípios no âmbito da Protecção da Floresta

CODIGO	CONCELHO
811	PORTIMÃO
1312	PORTO
1016	PORTO DE MÓS
508	PROENÇA-A-NOVA
710	REDONDO
1813	RESENDE
1709	RIBEIRA DE PENA
1414	RIO MAIOR
116	SÃO JOÃO DA MADEIRA
1815	SÃO JOÃO DA PESQUEIRA
1816	SÃO PEDRO DO SUL
1817	SÁTÃO
1710	SABROSA
911	SABUGAL
1814	SANTA COMBA DÃO
109	SANTA MARIA DA FEIRA
1711	SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
1416	SANTARÉM
1314	SANTO TIRSO
1417	SARDOAL
912	SEIA
1818	SERNANCELHE
509	SERTÃO
117	SEVER DO VOUGA
813	SILVES
1111	SINTRA
1112	SOBRAL DE MONTE AGRAÇO
615	SOURE
616	TÁBUA
1819	TABUAÇO
1820	TAROUCA
310	TERRAS DE BOURO
1418	TOMAR
1821	TONDELA
409	TORRE DE MONCORVO
1419	TORRES NOVAS
1113	TORRES VEDRAS
913	TRANCOSO
1318	TROFA
119	VALE DE CAMBRA
1608	VALENÇA
1315	VALONGO
1712	VALPAÇOS
1609	VIANA DO CASTELO
311	VIEIRA DO MINHO
510	VILA DE REI
1316	VILA DO CONDE



Lista a que se refere o ponto 1. da clausula 3ª do Protocolo relativo ao exercício de
novas competências pelos Municípios no âmbito da Protecção da Floresta

CODIGO	CONCELHO
410	VILA FLOR
1114	VILA FRANCA DE XIRA
1610	VILA NOVA DE CERVEIRA
312	VILA NOVA DE FAMALICÃO
914	VILA NOVA DE FOZ CÔA
1317	VILA NOVA DE GAIA
1822	VILA NOVA DE PAIVA
617	VILA NOVA DE POIARES
1713	VILA POUCA DE AGUIAR
1714	VILA REAL
511	VILA VELHA DE RÓDÃO
313	VILA VERDE
714	VILA VIÇOSA
411	VIMIOSO
412	VINHAIS
1823	VISEU
314	VIZELA
1824	VOUZELA